

DEMANDA ANTIGA

Estado ainda busca recursos para construção de Centro Socioeducativo em Tangará da Serra

Assunto voltou a ser discutido em 2019; demanda ultrapassa 10 anos

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Tangará da Serra aguarda a construção do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) no Município. O assunto vem sendo discutido ao longo dos últimos 10 anos e, em 2019, voltou a ser debatido.

Uma reunião foi organizada em Tangará da Serra pelo vereador Sebastian Ramos, ocasião em que a secretária Adjunta de Justiça de Mato Grosso, Lenice Silva dos Santos Barbosa, esteve no Município ouvindo novamente as reivindicações e explicando os trâmites para a construção da unidade, destinado a

menores infratores.

Após esta primeira reunião, realizada em setembro do ano passado, o assunto continuou sendo acompanhado por diversas autoridades e imprensa, especialmente pelo vereador Professor Sebastian, que ainda em 2019 solicitou do Governo do Estado informações sobre

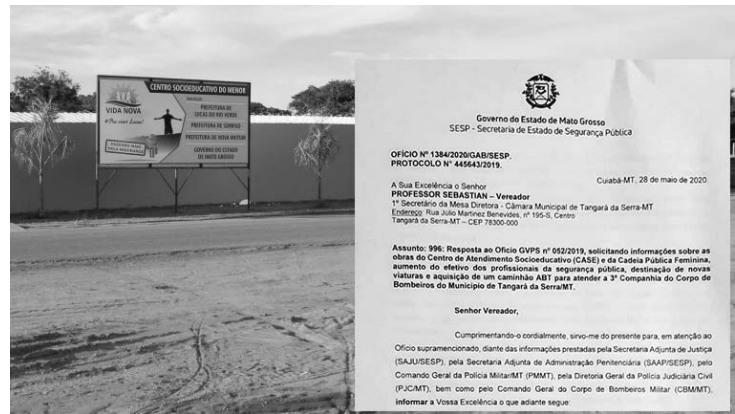
“Necessário o aporte de recursos financeiros para (...) essa construção

o andamento do processo de construção.

A resposta veio nesta quarta-feira, 3 de junho.

Nela o secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante dos Santo informa que inúmeras medidas conjuntas foram adotadas para a resolução da demanda, entre elas o alinhamento com os Poderes Judiciários e Ministério Público quanto ao número de vagas; contratação de empresas para elaboração do projeto básico padrão; e realização do Chamamento Público para contratação do Case de Rondonópolis, que servirá de padrão para os demais Centros, entre eles o de Tangará.

“No que tange ao início das obras do Case de Tangará da Serra, informo que será necessário o aporte de recursos financeiros para ser implementada essa construção, tendo em vista que inicialmente serão construídos os Cases de Rondonópolis e Barra



Ainda não há data para início da construção

do Garças, cujas Comarcas determinaram o bloqueio de recursos financeiros para as referidas construções, os quais se encontram alocados”.

No mesmo ofício, o secretário trouxe respostas também a outros pleitos do vereador, como a construção da Cadeia Pública Feminina de Tangará da Serra. “Essa unidade foi desativada em 13/11/2019, sendo que as tratativas com vistas à construção

de uma nova Unidade Penal se encontram em planejamento, uma vez que depende de dotação orçamentária específica”.

Para o vereador, a resposta não foi satisfatória. “Meu trabalho e cobrança é para que o Governo do Estado dê atenção para estes temas da segurança pública em Tangará e envie esforços para garantia de orçamento prioritariamente para nova cadeia e o Case”.



Sugestão é do vereador Romer Japonês (PV)

VIDEOCONFERÊNCIA

Romer quer audiência com vereadores da região para tratar da privatização de rodovias

Para ele, pedágios são alguns dos pontos que precisam de revisão

Tangará em Foco

Preocupado com alguns pontos do projeto que prevê a concessão das rodovias da região para a iniciativa privada, o vereador de Tangará da Serra, Romer Japonês (PV), indicou a Mesa Diretora da Câmara a necessidade da realização de uma audiência pública, através de videoconferência, envolvendo vereadores de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres.

Romer afirma que a audiência irá atender às

reivindicações da população pelas redes sociais quando o tema é a privatização das rodovias MT-358, MT-343, MT-246 e MT-480, que cortam esses três municípios.

Falta de acostamento, falta de duplicação das vias, valores altos dos pedágios e número elevado de praças de pedágios são alguns dos pontos que, no entendimento do

“Preocupação de que isso possa afetar o desenvolvimento econômico dos municípios

vereador, merecem maior debate para não prejudicar a região. Para ele, por exemplo, duas praças seriam suficientes.

Romer teme que os pedágios em grande número e valor alto, os caminhoneiros deixarão de utilizar as rodovias, o que poderá representar aumento da taxa de frete e problemas para a economia regional. “(...) traz preocupação de que isso possa afetar o desenvolvimento econômico dos municípios, fazendo com que esses trechos fiquem fora das rotas dos caminhoneiros”.

A indicação de Romer foi aprovada e agora cabe ao presidente do Legislativo, Ronaldo Quintão (PSL), providenciar a audiência com os vereadores das três cidades.